



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

A ESCOLA COMO MECANISMO DE CONSERVAÇÃO SOCIAL

Autores: RIK FERREIRA ALVES, LUARA MARTINS DE OLIVA SANTOS, PEDRO IVO JORGE GOMES

Tema recorrente nos debates sobre educação na segunda década do século XXI é a capacidade que a escola possui de avaliar o desempenho do aluno. Do ponto de vista jurídico, formal, legal o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990, em seu capítulo IV, assegura à criança e ao adolescente o acesso e permanência à escola, visando o pleno exercício da cidadania. A partir do reconhecimento legal da escola, enquanto mecanismo de adaptação social, torna-se evidente que a escola possui um papel fundamental na condição do indivíduo dentro da sociedade, garantindo, sobretudo, os certificados necessários para a inserção no mercado de trabalho. Entretanto, debate verdadeiramente relevante assenta-se na discussão dos critérios de definição cultural, ou seja, no conjunto de conteúdos mínimos componentes do currículo que cada indivíduo deve se sujeitar para favorecer sua inserção social no mundo do trabalho. **Objetivo:** refletir sobre o papel da escola enquanto espaço de reprodução social das desigualdades, buscando compreender, em que medida, o arbitrário cultural dominante contribui para reforçar as diferenças e privilégios das classes sociais no ambiente escolar. Para este fim recorreremos à **metodologia** da revisão da literatura que trata sobre a violência simbólica no ambiente escolar, tomando como referência a visão sociológica de Pierre Bourdieu, ao propor a compreensão da escola enquanto mecanismo de conservação social. A discussão buscou observar como se forma a habilidade de consumo dos bens culturais arbitrariamente definidos como "padrão" e de que maneira o docente influencia ou condiciona este processo. Os **resultados** permitem inferir que a escola tende a validar o aprendizado dos alunos usando o projeto de ensino construído pelo ideal cultural das classes sociais privilegiadas, ignorando os fatores sociais e saberes tradicionais enquanto componentes curriculares avaliativos. A violência simbólica que ocorre na imposição de um arbitrário cultural, como cultura universal, por uma classe social dominante, tem como desdobramento prático, o reconhecimento das classes subjugadas da legitimidade da cultura das classes privilegiadas. **Conclusão:** as reflexões propostas neste trabalho contribuem para repensar o currículo escolar, expandindo as possibilidades de compreensão dos papéis desempenhados pelos agentes sociais envolvidos no processo educacional enquanto reprodutores de desigualdades, reforçando os mecanismos de conservação social.